




ZOOM //
ATÉ AQUI
TUDO BEM,
ATÉ AQUI
TUDO BEM,
ATÉ AQUI
TUDO
BEEEMMM





É uma tempestade perfeita:
referendo na Itália, eleições
em França e, a terminar,
os alemães vão às urnas.
Tudo isto perante
a ascensão dos partidos
xenófobos na Europa.
O mundo pode deixar
de ser o mesmo

TEXTOS *António Saraiva Lima,
Félix Ribeiro e Nuno Ramos de Almeida*

Europa. Extrema-direita já cá estava antes de Trump mas aceita a boleia

A crise económica, o aumento da imigração e o ceticismo estenderam o tapete para o crescimento da extrema-direita na Europa. Se os constrangimentos do passado bélico ainda mascararam esta realidade, a vitória de Trump nos EUA promete desavergonhar os nacionalistas mais recatados e os insatisfeitos comuns. Áustria dá o pontapé de saída, no domingo, num ciclo infernal de eleições

ANTÓNIO SARAIVA LIMA
antonio.lima@ionline.pt

“Trump tornou possível o impossível.” A frase foi proferida pela líder do maior partido de extrema-direita francês, Marine Le Pen, poucos dias após a vitória improvável do candidato republicano nas eleições presidenciais dos EUA, e passou seguramente pela cabeça de muita gente ligada a movimentos nacionalistas, populistas, xenófobos e assumidamente inimigos do chamado sistema instalado, espalhados por essa Europa fora. A linha de raciocínio é simples: se Trump conseguiu ser eleito apelando ao protecionismo, criticando a imigração e prometendo acabar com o establishment numa das maiores democracias mundiais, porque não poderá a velha Europa aspirar a algo semelhante?

Não é que o presidente eleito tenha inventado a fórmula inacabada para uma teoria antissistema e antiglobalização, bem pelo contrário. Os movimentos nacionalistas na Europa não foram aniquilados, obviamente, com o fim do Terceiro Reich, com o desabar do Muro de Berlim ou com a criação da União Europeia, pelo que, mesmo adormecidos, tiveram sempre uma representação significativa um pouco por todo o continente. Mas a mistura explosiva resultante da gigantesca vaga de imigração para o continente, da crise financeira, do desemprego ou do bloqueio do projeto europeu mostrou a faceta mais ineficiente dos representantes dos partidos tradicionais mais moderados. E a extrema-direita viu ali uma oportunidade de ressurgimento.

A forma de manifestação dos movimentos extremistas desta natureza é previsivelmente distinta de Estado para Estado. Ainda assim, é possível encontrar semelhanças entre as diferentes realidades, quer em termos de antecedentes históricos, quer em termos do que poderá acontecer nesses países num futuro bem próximo.

O Reino Unido foi um dos países mais relevantes, no quadro da realidade do continente europeu, a dar um murro na

mesa e a ver crescer, de forma brutal, a importância de partidos anti-imigração e antieuropeístas. O caso mais óbvio é o do UKIP, que logrou o terceiro lugar nas eleições legislativas de 2015, com 12,6% do total de votos. As particularidades do sistema eleitoral britânico não permitiram uma maior representação do partido do excêntrico Nigel Farage no parlamento, mas a expressividade do mesmo junto dos britânicos foi um dos grandes motores para a credibilização interna da campanha que culminou na decisão pelo Brexit, em junho deste ano, após referendo.

ELEIÇÕES À VISTA Enquanto os britânicos discutem a melhor forma de saída da UE, outros países do núcleo duro daquela organização prepararam-se para um ano de emoções fortes, já que estão prestes a ir votos, assombrados pelo crescimento dos partidos de extrema-direita. O primeiro a ser posto à prova é a Áustria. Norbert Hofer, do Partido da Liberdade – que obteve 20,5% dos votos nas legislativas de 2013 –, perfila-se para ser eleito como próximo presidente do país no domingo.

Áustria, Holanda, França e Alemanha vão a votos no próximo ano, ensombradas pelo efeito Trump

Presença da extrema-direita na Europa central e no norte já é bastante significativa

Geert Wilders, o “Trump Holandês”, também quer melhorar os 10,01% que o seu partido conseguiu nas eleições parlamentares de 2012 já nas legislativas de março do próximo ano. E nem a formalização da acusação judicial por incitamento ao ódio o impede de sonhar com a possibilidade de poder intrometer-se numa eventual solução governativa.

O caso mais mediático de impacto da extrema-direita na Europa está em França. Os bons resultados da Frente Nacional nas legislativas de 2012 foram confirmados nas eleições regionais do ano passado e a imprensa francesa aponta mesmo Le Pen como a candidata a abater na segunda volta das eleições presidenciais, marcada para maio do próximo ano. A direita nacionalista tem tido tal representatividade junto dos franceses que o candidato do partido conservador, François Fillon, assentou o seu programa em temas próximos dos da Frente Nacional, como tradição, a política anti-imigração e a crítica à excessiva islamização do país.

No fim do próximo verão será a vez de a Alemanha ir a votos. As eleições para o Bundestag de 2013 foram o primeiro teste do mais recente movimento nacionalista alemão, a Alternativa para a Alemanha – criado nesse mesmo ano –, que logrou transformar uma percentagem pouco expressiva de votos numa vitória inédita nos estados de Baden-Württemberg, Renânia-Palatinado e Saxónia-Anhalt nas eleições regionais deste ano. Merkel já anunciou a intenção de se candidatar a um quarto mandato e mantém o favoritismo. Mas até lá muita coisa pode mudar, nomeadamente na vizinha França, pelo que a chanceler ainda tem muito trabalho pela frente.

O NORTE, O CENTRO, A VIZINHANÇA E O RESTO Confirmando-se a eleição de Hofer na Áustria – mesmo que com poucos poderes executivos –, completa-se um trio de países na Europa central onde a direita mais populista conseguiu encontrar o seu espaço. O Lei e Justiça venceu as eleições polacas em 2015 e tem chocado de frente com a UE, e na Hungria

No mesmo dia em que a Áustria escolhe o novo presidente, a Itália vai referendar importantes alterações constitucionais. O primeiro-ministro Renzi prometeu demitir-se em caso de chumbo e os partidos antissistema estão a mobilizar-se para votar em massa

ANDREAS SOLARO & AFP

foi o Fidesz do “pequeno ditador” – palavras de Juncker – Viktor Orbán que reclamou os louros nas legislativas de 2014. Na mesma eleição, o Jobbik, outro partido extremista, conseguiu mais de 20% do total de votos.

A norte, o cenário é bastante consensual, e não pelos melhores motivos. Na Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega, os partidos nacionalistas e anti-imigração obtiveram entre 12% e 21% nas mais recentes eleições parlamentares realizadas e prometem crescer ainda mais.

Na Turquia e na Rússia, Erdogan e Putin governam com mão de ferro, mas nem isso impede que os partidos mais à direita tenham conseguido resultados interessantes nas respetivas eleições.

Já o sul da Europa é demasiado característico. Em Portugal, o PNR tem pouca expressão; em Espanha, os nacionalismos regionais não dão espaço à extrema-direita; e em Itália operam pequenos partidos neofascistas de expressão também regional. Relativamente à Grécia, o caso muda de figura. O Aurora Dourada foi o terceiro partido mais votado em setembro de 2015 e os Gregos Independentes juntaram-se mesmo ao governo.

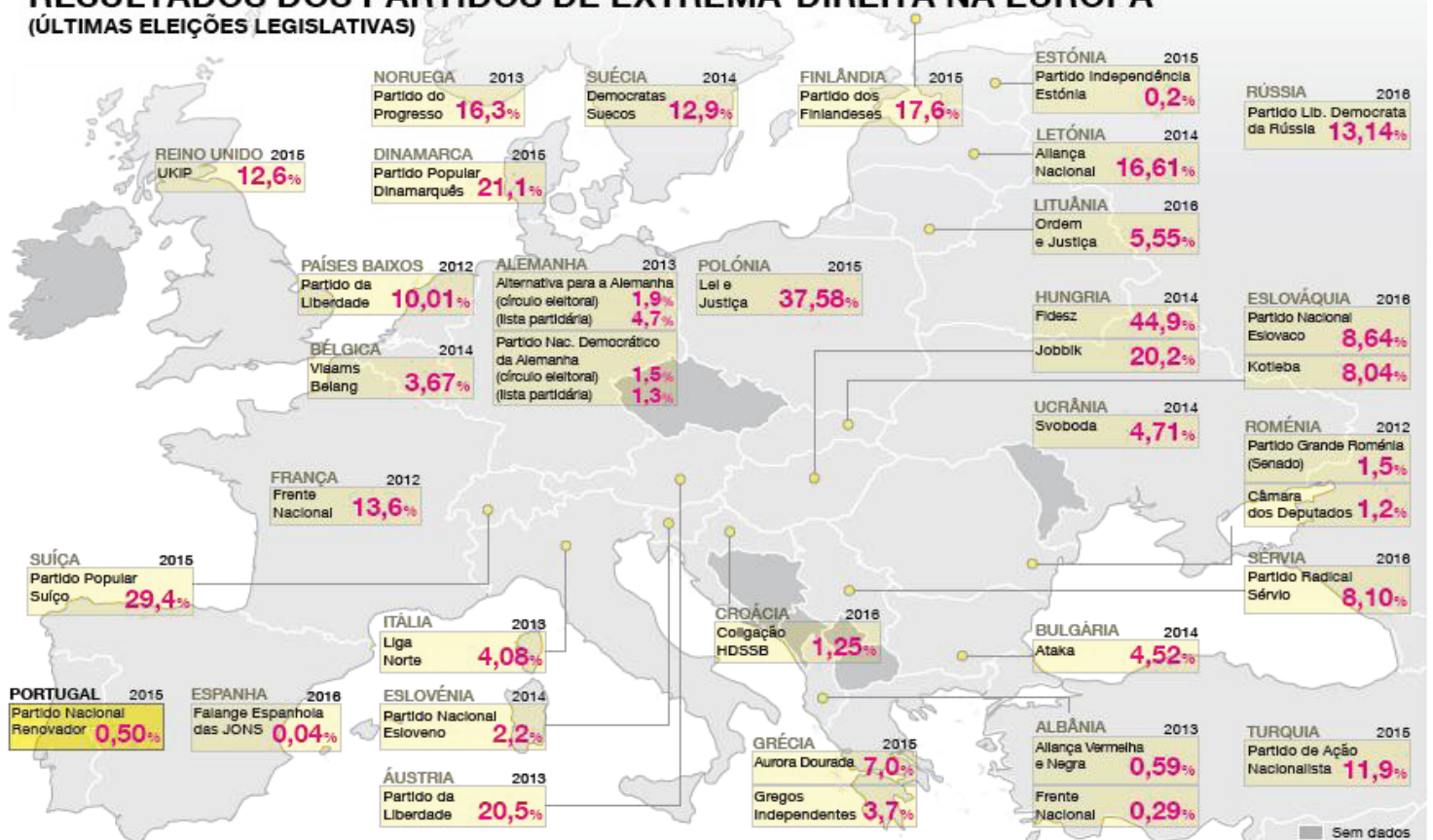
A porta que Trump escancarou está bem aberta para os partidos da extrema-direita europeus. O sucesso ou fracasso dos seus representantes, no próximo ano de eleições, pode ser o empurrão de que uns precisam ou o muro que outros terão de escalar.

Tudo começa na Áustria.

assodop



RESULTADOS DOS PARTIDOS DE EXTREMA-DIREITA NA EUROPA (ÚLTIMAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS)



Populismo. Um ovni que ameaça toda a Europa

Não acredito em populismos, mas que os há, há. O populismo tornou-se uma ameaça, mas há 100 anos que ninguém sabe bem o que ele significa

NUNO RAMOS DE ALMEIDA
nuno.almeida@ionline.pt

Os sinos tocaram a rebate depois do Brexit e da eleição de Trump: “Vêm aí os populistas!” A União Europeia até já escolheu o seu cavaleiro de armadura reluzente para defrontar os selvagens que se aproximam, a chancelerina Angela Merkel. No dia 4 de dezembro, a máquina do Juízo Final pode dar mais um passo: a Itália tem referendo e o primeiro-ministro Matteo Renzi está por um fio; e na Áustria preparam-se para eleger um governo de extrema-direita. Ok, temos eventualmente um problema de populismo, mas o que é o populismo?

Há mais de 50 anos que os cientistas políticos discutem o que é, de facto, o populismo, e não conseguem entender-se.

Numa célebre conferência sobre a questão realizada na London School of Economics em 1967, a intervenção do historiador norte-americano Richard Hofstadter intitulava-se: “Toda a gente fala de populismo, mas ninguém sabe defini-lo”. Durante a discussão que se seguiu, Margaret Canovan enumerava sete for-

mas de populismo e Peter Wiles citava pelos menos 24 “características definidoras” para, na segunda metade da sua intervenção, enumerar um número assinalável de exceções que recenseavam muitos movimentos populistas que, embora não verificassem as tais 24 características do populismo, ainda assim eram considerados populistas.

Essa listagem imensa e diversa começa, segundo Wiles, citado por Marco D’Eramo na “New Left”, com os levellers (niveladores) e os diggers (cavadores) na Inglaterra do séc. xvii. Continua no séc. xix com os cartistas, o Partido Populista dos Estados Unidos da América, os narodniki (a vontade do povo) na Rússia; no séc. xx, com Gandhi, na Índia; o Sinn Féin (Só Nós), na Irlanda; a Guarda de Ferro, na Roménia; o Partido Revolucionário Institucional, no México. E com outros autores a falar dos peronistas, de Fidel Castro, do PCI, do Partido da Liberdade na Holanda, do Podemos na Espanha, da Frente Nacional em França, do Movimento Cinco Estrelas em Itália, do Tea Party nos Estados Unidos da América, assim como do movi-



mento de sinal contrário Occupy, também na América do Norte. Como se vê, uma ementa com produtos e pratos bastante diferenciados. Tal como defendem autores como Laclau, o populismo não é um conteúdo ideológico, mas uma forma de constituir o político, uma forma de fazer política a partir da delimitação de um campo de inimigo e amigo e da disputa de uma hegemonia que dê sentido a essa dualidade.

Em entrevista ao *i*, o filósofo Daniel Innerarity defendeu que a democracia se preserva do populismo recusando essa simplificação e defendendo uma complexificação que permite a mediação dos especialistas junto ao sufrágio popular. Para ele, o problema da democracia atual é que “temos, de um lado,

administradores prudentes da normalidade, sem nenhuma paixão democrática; e do outro lado temos apenas a força brutal das paixões, sem ter em conta a racionalidade. Esta rutura entre o princípio da realidade sem força simbólica mobilizadora e um princípio de prazer que desconhece a complexidade da realidade é a grande rutura das nossas democracias. Podíamos chamá-lhe, sem exagerar muito, a rutura entre tecnocratas e populistas. Acho que temos de suturar e coser essa rutura, porque isso deixa o campo livre a Hollande e Le Pen em França – como dizia um jornalista dos EUA, Holanda e Lépénia em França: dois países completamente diferentes que não se encontram em nenhum lugar e têm como consequên-



Um regresso temido aos anos 30 e aos tempo dos seus ditadores pouco cómicos, aqui retratados por Charlie Chaplin

DR

Há mais de 50 anos que os cientistas políticos discutem o que é o populismo, mas não se entendem sobre isso

De 1920 a 2013 há 6200 artigos sobre populismo na Universidade da Califórnia – metade nos últimos 13 anos

cia uma sociedade que não se consegue transformar”.

Um dos aspetos interessantes deste aumento exponencial da presença política cultural e social do populismo é expresso no artigo “O populismo e a nova oligarquia”, de Marco d’Eramo, em que este, recorrendo à biblioteca da Universidade da Califórnia, recenseia 6200 artigos e livros sobre este tema no período que vai de 1920 a 2013 – mais de metade deles foram publicados de 2000 a 2013, e nos últimos três anos deste período foram escritos 1076!

Segundo D’Eramo, o uso do termo variou ao longo dos anos: de uma conotação positiva até aos anos 50 passamos para uma conotação que associava o comunismo e o fascismo; e a partir dos anos

80 há um aumento da utilização da palavra. O autor defende que neste exagero de alusões ao populismo existe uma espécie de má consciência: “Enquanto esvaziam a democracia de todo o conteúdo, acusam de ‘pulsões autoritárias’ qualquer um que se oponha a este esvaziamento (...) o uso inflacionado do termo ‘populismo’ por parte dos patricios [da oligarquia] revela uma inquietude mais recôndita”, afirma D’Eramo.

Como declarou Pacheco Pereira ao *i*, “o populismo vem preencher um vazio de representação. Um número significativo de americanos, como aconteceu também no Brexit e igualmente com franceses e portugueses, não se reconhece na representação política, em grande parte porque a representação política foi

colonizada pelos interesses económicos e financeiros. Isso significa que grande parte da população não encontra representação. Isto agravou-se depois da crise económica de 2008 e fez com que se tivesse como efeito colateral o aumento do desemprego e o crescimento da pobreza, a perda de dignidade. Em muitos casos, não é apenas um efeito social e económico que se verifica: as pessoas sentem que viviam antes com maior dignidade do que vivem hoje. Os empregos que tinham eram ocupações nas indústrias e comunidades que tinham sentido; hoje, estes empregos foram substituídos por outros tipos de trabalho. Quer se queira quer não, há uma sensação de perda. E essa sensação de perda não é traduzida no sistema político, porque ele responde apenas às necessidades do sistema económico e financeiro, o que leva as pessoas a sentirem-se órfãs. Tornam-se um pasto muito significativo para movimentos do tipo populista. E estes movimentos encontram no sistema comunicacional popular um enorme amplificador que depois se traduz em resultados eleitorais”.



Carlos Gaspar é investigador e membro da direção do Instituto Português de Relações Internacionais, professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e foi assessor da Casa Civil com Jorge Sampaio. Publicou este mês o livro “O Pós-Guerra Fria”, editado pela Tinta da China.

Carlos Gaspar. “Os problemas da classe média não são as quotas raciais ou o casamento gay”

Bernie Sanders deu bons conselhos, diz Carlos Gaspar. Os partidos que não tocaram no tema da desigualdade estão agora em declínio

FÉLIX RIBEIRO (Texto)

felix.ribeiro@ionline.pt

JOSÉ CARVALHO (Fotografia)

jose.carvalho@ionline.pt

Conversamos duas semanas depois da eleição de Donald Trump. Quando falámos pela primeira vez disse-me que estava “tudo demasiado em aberto no novo reino da incerteza”. Sente-se menos apreensivo hoje?

É, de facto, demasiado cedo para responder. Vai haver uma divisão entre otimistas e pessimistas. Os otimistas vão dizer que não se passa nada. Parafraseando o presidente Barack Obama, governar não é o mesmo que fazer campanha eleitoral. E não é. Por outro lado vão existir, mais na opinião pública e menos nos responsáveis políticos – que têm uma certa tendência para a cegueira –, os pessimistas, que entendem que esta eleição corresponde a um mandato forte para o retraimento dos EUA, uma rutura no consenso internacionalista global em nome do qual os Estados Unidos exercem responsabilidades muito importantes e que os obriga a fazer sacrifícios importantes. O presidente eleito não pertence a essa escola. Não faz e nunca fez parte dessa elite internacionalista liberal. Tem um mandato forte no sentido isolacionista, nacionalista – “a América em primeiro lugar”. Ele próprio se exprimiu assim no dia da sua eleição, quando fez uma intervenção mais contida, mais moderada, dizendo que o programa dele era a América, a América e a América, que a política internacional só existe em função dos interesses nacionais norte-americanos e que, no contexto desse mandato, é menos provável que os Estados Unidos queiram continuar a ter as mesmas responsabilidades internacionais, as mesmas políticas económicas e o mesmo espírito de sacrifício em nome da ordem internacional.

Esse é um tema do seu livro: os Estados Unidos como o poder unipolar no pós-Guerra Fria. A ideia de que o país indispensável acabou é exagerada?

A unipolaridade e a nação indispensável não são a mesma coisa. Os Estados Unidos, com este presidente, vão provavelmente tentar fortalecer as suas capacidades e vantagens estratégicas militares, que já são muito consideráveis. Isso faz, de facto, parte do programa nacionalista. E vão tentar desenvolver novas capacidades e dar um novo impulso à modernização da sua economia. Não se trata apenas de reconstruir o interior

das cidades e reconstruir as infraestruturas norte-americanas, também se trata de modernizar, criar uma nova rede de distribuição de energia, criar novas valências, novos métodos na preparação de uma viragem tecnológica que se está a aproximar. Por todas estas razões, este presidente pode reforçar a preponderância da posição dos Estados Unidos como a principal potência internacional, mas isso não quer dizer que esta administração, este presidente e esta maioria eleitoral estejam dispostos a fazer os sacrifícios que são necessários para garantir a estabilidade da ordem internacional. Outra coisa é a nação indispensável.

A mesma que interveio nos Balcãs, a mesma...

... que garantiu a longa paz na Guerra Fria, que garantiu a mobilização de recursos excepcionais para conter a União Soviética no fim da II Guerra Mundial. O presidente Roosevelt, em 1945, em Itália,

“A eleição de Trump é uma espécie de terramoto cuja intensidade nós ainda não sabemos medir”

“Estamos excessivamente concentrados nos nossos problemas para vermos os números americanos da pressão migratória”

“O partido antiglobalização é várias coisas e é tudo menos homogéneo”

anuncia a Estaline e Churchill que, no fim da guerra europeia, os soldados americanos regressariam a casa. Ainda lá estão. Na Alemanha e no centro da Europa chegaram a estar 300 mil soldados norte-americanos. Isso é, naturalmente, um investimento importante na defesa do primado norte-americano, mas também é um sacrifício que garante, neste caso às democracias europeias, a paz e a tranquilidade nas quais foi possível desenvolver a integração europeia, a economia europeia, e fazer a Europa renascer da destruição total da II Guerra. **Construa ou não o muro, comece ou não uma guerra comercial com a China, Trump provocará o retraimento.** Aquilo que nós não podemos fazer é ignorar que o presidente eleito tem uma posição de distanciamento em relação à ordem internacional. Pôs em causa as

garantias de segurança estratégica que os Estados Unidos, desde o fim da II Guerra Mundial, asseguram às democracias europeias e asiáticas na NATO. Pôs essas garantias em causa e elas perderam credibilidade pelo simples facto de o presidente eleito as ter posto em causa. Não podemos ignorar que ele declarou a sua intenção, mesmo na sua versão mais moderada, de rever os acordos da NAFTA e rever os acordos da parceria do Pacífico. Não podemos ignorar isso como se nada fosse. O presidente Obama e a chanceler Merkel escreveram um artigo para a imprensa alemã dizendo que nada disso existe. Escrevem um artigo sobre o futuro das relações transatlânticas como se o presidente eleito fosse Hillary Clinton. Mas não é. A eleição de Trump é uma espécie de terramoto cuja intensidade nós ainda não sabemos medir com precisão. Pode ter sido, como diz Robert Kagan, o fim da nação indispensável. Ou

pode estar apenas atordada. Mas não vai ser a mesma coisa e mesmo os mais otimistas reconhecem que algumas coisas vão mudar. **Aceita-se agora que a globalização tenha estado na origem de Trump e de outros movimentos populistas europeus. O caldeirão de motivos inclui habitualmente a desigualdade económica, a evolução tecnológica, a rápida mudança demográfica e a evolução social, seja com o casamento homossexual ou com o feminismo, por exemplo.**

É um grande caldeirão (risos).

Exato. Mas o que Merkel e Obama dizem é que é impossível voltarmos atrás na globalização.

Dizem que não é possível voltar a uma economia pré-globalização. É a opinião deles. Já houve uma economia pré-globalização e uma destruição dos instrumentos de regulação multilaterais da economia internacional que foi feita pelo presidente Roosevelt, nos anos 30, quando teve de concentrar todos os seus recursos no New Deal. Fê-lo voltando costas aos mecanismos de regulação internacional. E durante os anos 30, o que tivemos foram grandes blocos regionais – os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão – que competiam entre si com os resul-

tados que se conhecem. Os resultados não têm de ser os mesmos, mas existiu uma economia pré-globalização que se seguiu a uma economia globalizada.

Não é mais ou menos isso que Trump está a tentar fazer?

É isso que está no seu programa, tanto quanto o conhecemos. E as afinidades com o programa do New Deal do presidente Roosevelt podem não ser apenas na dimensão interna: a reconstrução das cidades e a modernização das estruturas são grandes programas keynesianos. A outra parte do New Deal é desmantelar as instituições multilaterais que até 1933 regulavam a economia globalizada do seu tempo. Portanto, há ciclos. Não se trata de regressar à economia que existia antes deste ciclo de globalização, mas há uma alternativa à globalização, que é a regionalização e o protecionismo dos blocos regionais. Obama e Merkel têm a sua opinião. É o combate que eles vão travar contra o presidente eleito. O artigo do presidente americano e da chanceler alemã é um manifesto anti-Trump. Pode ser um artigo lido desta maneira, que representa a posição dos pessimistas, que querem travar aquilo que entendem que é o programa desta nova direita reacionária, protecionista e nacionalista. É isso que está em cima da mesa.

É essa também a nova direita europeia? O partido antiglobalização é várias coisas e é tudo menos homogéneo. Há alguns traços que são paralelos e que devem ser vinculados entre os Estados Unidos e os países da Europa ocidental, alguns traços que são comuns e que podem ser sublinhados, e outros que são diferentes. Os que são diferentes têm que ver, em primeiro lugar, com a questão demográfica. Os Estados Unidos não estão em crise demográfica. Os Estados Unidos, com a Índia, são a única grande potência que está a crescer demograficamente e que não tem um desequilíbrio extremo entre a primeira geração e a terceira geração. Pelo contrário, a Europa ocidental, o Japão e a China têm esse desequilíbrio na pirâmide demográfica que faz antever uma crise inegável no Estado social.

Estamos a falar de natalidade. Existe também o debate sobre um tecido racial em mudança.

Estamos a falar da importação maciça de imigrantes. Os Estados Unidos têm uma grande capacidade de integração de imigrantes, ao contrário da Alemanha ou mesmo da França e da Inglaterra. Os

[continua na página seguinte >>](#)

O grande perigo da presidência de Donald Trump é existir uma estratégia isolacionista que ponha em causa as alianças americanas com as democracias europeias e asiáticas, argumenta Carlos Gaspar

>> continuação da página anterior

Estados Unidos são também uma nação de imigrantes. São uma nação comandada, edificada e inventada por uma elite anglo-saxónica, mas são uma nação de imigrantes. Isso não é verdade nos velhos estados ocidentais, embora tanto uns como outros tenham de responder a uma pressão demográfica extrema, conjuntural, muito forte: no caso da Europa ocidental, as vagas de refugiados que vêm dos conflitos da Síria, do Iémen, da Eritreia, do Afeganistão e da Líbia; no caso dos Estados Unidos há uma pressão ainda maior na fronteira com o México, por parte dos imigrantes que vêm da América Central e da América do Sul. Nós estamos excessivamente concentrados nos nossos problemas para vermos os números americanos sobre a pressão migratória: é maior em termos relativos e absolutos do que na Europa, e nos Estados Unidos são 300 milhões, e nós somos mais de 500 milhões. E isso explica por que razão é que nestes partidos antiglobalização, sobretudo na ala reacionária dos partidos antiglobalização, há este tema comum. Não é a mesma imigração, mas são pressões equivalentes nas fronteiras sul. Os partidos reacionários dão como resposta política a exclusão, a expulsão, a filtragem, a criação de muros, o que seja. Isso é comum, embora num contexto diferente, porque é diferente ter uma pressão migratória em países cuja natalidade está em declínio e em países cuja natalidade não está em declínio. Há uma segunda diferença importante que tem que ver com a soberania. Os Estados Unidos não são apenas a grande potência internacional, são um Estado soberano. E no caso da Europa, um tema comum aos partidos populistas de esquerda e de direita é o problema da soberania dos Estados e da integração europeia. Isto é uma distinção radical porque a direita reacionária nos Estados Unidos é pró-americana e a direita reacionária nos países da Europa ocidental é antieuropeia e a favor da restauração – possível e impossível – da soberania nos seus Estados. O Brexit é isso, evidentemente, mas também a Frente Nacional em França, ou o Movimento 5 Estrelas em Itália e os outros partidos de oposição de direita italianos, ou a Alternativa para a Alemanha no caso da República Federal. Há um tema comum que nos Estados Unidos não existe, mas uma direita antiglobalização. De certa maneira é simétrico, mas corresponde a uma diferença importante.

Mas existe um tronco comum, certo?

Existem problemas comuns para os quais há respostas paralelas e, de certa maneira, assumidamente convergentes. Em primeiro lugar, o problema da estagnação dos rendimentos das classes médias. É um problema que os Estados Unidos e os países da Europa ocidental partilham entre si e que contrasta com os países da Ásia, onde os rendimentos das classes médias tiveram um crescimento exponencial nos últimos 25 anos. Isso significa que há, no caso dos países ocidentais, uma proletarização de partes das classes médias que perdem esperança e expectativas para o futuro. São essas classes médias que se estão a mobilizar contra a globalização. Nalguns casos também contra a imigração e, à esquerda e à direita, contra as elites, que, durante o período da globalização, tiveram um crescimento exponencial dos seus rendimentos. Uns 1% descritos por Thomas Piketty tiveram um crescimento considerável dos seus rendimentos, por oposição ao grosso das classes médias, que está numa posição de forte estagnação. **Esse nem sempre é um argumento perfeitamente articulado.**

Mas a realidade está lá. Há muitas maneiras de o referir. Podemos referi-lo com base no desemprego estrutural que, no caso da França, é muito maior do que o dos Estados Unidos. Pode-se referir, à esquerda, como a falta de esperança, a falta de horizontes. Há várias maneiras de culpar o outro.

O outro-imigrante, o outro-refugiado? As elites em geral, à esquerda e à direita. Os imigrantes, no caso dos partidos populistas de direita – não à esquerda, que não tem esse traço de racismo. Mas há uma posição comum a partir de uma

realidade comum, que é a estagnação dos rendimentos, a insegurança de uma parte importante das classes médias, que tem a ver, por um lado, com a competição entre os países ocidentais e os países emergentes, e, por outro, tem a ver com a modernização tecnológica, que está mais avançada nos países ocidentais do que nos países asiáticos. Há um traço comum que não foi muito referido, mas que foi mencionado de uma maneira muito enfática na campanha eleitoral norte-americana por Bernie Sanders. Sanders criticou muito a fixação das elites democratas – e nós podemos dizer a mesma coisa em relação a uma grande parte das elites tradicionais na Europa ocidental – nos temas do género, da integração racial, das quotas, do casamento gay, da adoção, etc. O Bernie Sanders, um tipo de esquerda, um socialista até, o que é uma raridade no Partido Democrata americano, disse, e estou a citar, que os “americanos estão fartos de ouvir falar do que se passa nas casas de banho dos liberais”. A frase é um pouco rude, mas é uma frase de um populista de esquerda, dos Estados Unidos, dizendo à sua rival, Hillary Clinton, que o Partido Democrata, à cabeça, tem de olhar para os problemas reais das classes médias. E esses não são problemas de quotas raciais, não é o problema do casamento gay e não é o problema de saber se casais homossexuais podem ou não adotar crianças. Esses problemas, que ocupam uma parte desproporcional da agenda política tradicional nos Estados Unidos e nos países da Europa ocidental, não dizem nada à maioria dos eleitores e não dizem nada a estas classes médias, cujos problemas são muito mais diretos do que essas questões de género ou do que seja.

Independente da forma como estivermos a vestir os argumentos, a base é uma questão económica?

Há, na retaguarda, uma questão económica. E na primeira linha, uma desfocagem da agenda política. A maioria da população e a maioria dos eleitores dos Estados Unidos são brancos. E se ouvirmos os discursos eleitorais do Partido Democrata, ficamos com a impressão de que os brancos já são uma minoria. Não são. Podemos assumir também que a maioria dos eleitores americanos não são homossexuais mas, se ouvirmos o discurso político dos democratas na última campanha, ficamos com a impressão de que essa é uma questão muito importante para a maioria dos eleitores.

“Na retaguarda há uma questão económica e, na primeira linha, uma desfocagem da agenda política”

“Se ouvirmos os discursos democratas, ficamos com a impressão de que os brancos já são uma minoria”



Não é! Há aqui uma desfocagem, uma deformação, uma espécie de discurso de elite que é transposto para uma campanha de massas. Mas a maioria dos eleitores nos Estados Unidos, como nos países da Europa ocidental, não estão interessados nesses temas fraturantes, como se diz na linguagem política europeia. Ou nos problemas das casas de banho dos liberais, na linguagem mais rude de Bernie Sanders.

Ou seja: os partidos tradicionais europeus não prestaram atenção que baste à desigualdade.

E estão todos em declínio. Há o caso extremo na Grécia, em que os dois partidos que somavam antes 80% do eleitorado estão reduzidos a 20%. Em Espanha somavam também 80% década após década, e agora têm à justa uma maioria nas Cortes. Mesmo na Alemanha, a grande coligação entre os democratas-cristãos e os sociais-democratas já não é uma grande coligação. A CDU continua a ser um grande partido, mas o partido social-democrata está abaixo dos 30%. E isso é uma tendência. Na França, o primeiro partido é a Frente Nacional, à frente dos socialistas e mesmo à frente do par-



tido republicano gaullista. Há um declínio geral nos partidos tradicionais que só não existe também nos Estados Unidos porque o Partido Republicano ficou refém de um presidente populista.

Qual é o seu cenário pessimista para a Europa? Le Pen está nas cartas?

Não. Marine Le Pen tem uma situação já de si extraordinária, que é passar garantidamente à segunda volta. Mas passa

garantidamente para perder. Já é suficientemente mau que ela passe à segunda volta. É um sinal da crise e do declínio da França e do projeto europeu. É uma vergonha, é uma nódoa para o espírito republicano em França e para a ordem liberal europeia. Mas não está nas cartas – eu sei que as sondagens estão todas erradas (risos). Mas o que está em causa nas eleições francesas não é uma situação equivalente ao Brexit e muito menos comparada com o que se passou nos Estados Unidos. A Marine Le Pen anuncia o fim da União Europeia, o fim da moeda única e um terço dos eleitores franceses estão suficientemente desesperados ou ideologicamente mobilizados por uma velha tradição racista, que também existe na direita reacionária francesa, para votarem em Le Pen. Mas não é mais do que isso. Qualquer candidato conservador minimamente sólido garante o pleno dos votos republicanos contra Marine Le Pen.

A UE sobreviverá a um ou dois mandatos de Donald Trump?

Não é por causa de Trump que a União Europeia pode estar em causa. Ela pode estar em causa se não conseguir respon-

der às mudanças que resultam dessa introversão norte-americana e se, paralelamente, não conseguir encontrar um modo de manter o Reino Unido num concerto europeu, apesar do Brexit. Essa é uma questão mais diretamente importante para a continuidade do modelo de integração que representa a UE do que propriamente os resultados da eleição norte-americana. Os resultados da eleição, designadamente a lógica regionalista, podem ser uma boa oportunidade para fortalecer a União Europeia como o guardião de um bloco regional. E tenho a certeza que na Alemanha há quem esteja a pensar nesses termos. A UE é uma união regional e pode garantir essa proteção do espaço europeu numa lógica protecionista.

Trump pode ser uma oportunidade?

Estou só a dizer que não é necessariamente um desastre para o modelo de integração europeu, que tem uma forte componente regionalista e que se pode adaptar, que tem os mecanismos decisórios e institucionais necessários para responder a uma viragem protecionista norte-americana, adaptando as políticas económicas europeias.

Escreve que, ao contrário do Médio Oriente, a Ásia está orientada para o crescimento da democracia. Prevê mudanças na Rússia e China?

Não me parece que a Rússia esteja numa fase de mudança do seu regime político. A questão da China é mais importante na presente conjuntura do que a evolução da política na Rússia no sentido em que, se houvesse uma transição democrática pacífica na China, a balança ideológica internacional mas também a balança da estratégia internacional mudavam radicalmente. A relação entre os Estados Unidos e a China mudaria radicalmente. Os amadores de geopolítica dizem que os regimes políticos não têm importância nenhuma e que é indiferente os regimes serem autoritários ou democráticos: os Estados relacionam-se entre si e têm interesses permanentes. E as pessoas perguntam: então o que foi a Guerra Fria? A balança ideológica existe e uma transformação política pacífica na China não é apenas importante em si mesma, é um fator de mudança na política internacional muito mais importante do que qualquer mudança nos EUA.

“O sucesso de Le Pen é uma vergonha, é uma nódoa para o espírito republicano em França e para a ordem liberal”

“A União Europeia pode estar em causa se não responder ao retraimento norte-americano”